

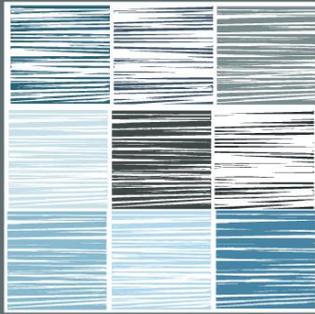
ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO

SENTENÇAS ADITIVAS

NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Prefácio
Cláudio Pereira de Souza Neto

Apresentação
Daniel Sarmento



 EDITORA
Fórum

O Supremo Tribunal Federal demonstra, nos últimos anos, por meio da utilização da técnica decisória conhecida como aditiva, sólida assunção de competência normativa. Com base em pesquisa comparativa, percebe-se que a preocupação com o vácuo normativo indesejável e o concomitante desenvolvimento do controle judicial de constitucionalidade das omissões inconstitucionais culminaram na afirmação, por parte das Cortes constitucionais, de competência para criar direito novo. A construção de um argumento capaz de entrelaçar, de modo coerente, as categorias da omissão legislativa inconstitucional, do vácuo normativo indesejável e da competência normativa do Supremo Tribunal Federal é o desafio enfrentado na presente obra. A pesquisa termina com a formulação de uma proposta de delimitação da competência normativa do Supremo Tribunal Federal – e, portanto, de fixação dos limites das sentenças aditivas – e com a indicação das principais consequências da adoção dessa proposta.

Autor

Ademar Borges de Sousa Filho

SENTENÇAS ADITIVAS

NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Área específica

Direito Constitucional

Áreas afins do livro

O livro aborda o tema da jurisdição constitucional e, portanto, interessa aos estudiosos de Direito Constitucional, mas também a outras áreas do Direito, na medida em que essa técnica decisória (sentenças aditivas) tem sido utilizada para a solução de questões nas mais diversas searas.

Público-alvo

O público-alvo é composto por: (i) estudantes de pós-graduação em Direito Constitucional; (ii) interessados na preparação para concursos públicos de alto nível – magistratura, procuradorias e Ministério Público.

Prefácio

Cláudio Pereira de Souza Neto.

Apresentação

Daniel Sarmento.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000890

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SOSA FILHO, Ademar Borges de. Sentenças aditivas na jurisdição constitucional brasileira. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 273 p. ISBN 978-85-450-0110-2.

S725s Sousa Filho, Ademar Borges de

Sentenças aditivas na jurisdição constitucional brasileira / Ademar Borges de Sousa Filho; prefácio de Cláudio Pereira de Souza Neto; apresentação de Daniel Sarmento. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

273 p.
ISBN 978-85-450-0110-2

I. Direito constitucional. I. Souza Neto, Cláudio Pereira de. II. Sarmento, Daniel. III. Título.

CDD: 341.2
CDU: 3421

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Cláudio Pereira de Souza Neto..... 11

APRESENTAÇÃO

Daniel Sarmento..... 15

INTRODUÇÃO..... 17

CAPÍTULO 1

A INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO..... 23

1.1 A omissão legislativa inconstitucional da Constituição de 1988:
aproximação do tema 23

1.2 Uma teoria das omissões inconstitucionais: proposta de
delimitação do campo de investigação..... 27

1.2.1 Definição da omissão legislativa inconstitucional a partir do
princípio da proporcionalidade na vertente da proibição de
roteção insuficiente..... 31

1.2.2 Uma visão substancial e consequencialista da omissão legislativa
inconstitucional..... 38

1.3 A omissão inconstitucional e as sentenças de perfil aditivo..... 49

CAPÍTULO 2

A DIVERSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DECISÓRIAS NA
JURISPRUDÊNCIA DO STF – O SURGIMENTO DAS SENTENÇAS
ADITIVAS NO BRASIL..... 67

2.1 Técnicas decisórias em controle de constitucionalidade de normas
a partir da experiência recente do Supremo Tribunal Federal..... 67

2.1.1 A interpretação conforme como porta de entrada para as sentenças
aditivas na experiência brasileira..... 75

2.2 O problema concernente à autonomia processual do Tribunal
Constitucional..... 82

2.3 O Tribunal Constitucional como “legislador negativo”: o nascimento
de um mito e sua reformulação contemporânea..... 87

2.3.1 A noção de legislador negativo e sua gradual superação na
jurisprudência do STF..... 93

2.4 A diversificação das técnicas decisórias como consequência de
uma visão gradualista da constitucionalidade das normas..... 102

CAPÍTULO 3

SENTENÇAS ADITIVAS – UMA APROXIMAÇÃO DO TEMA..... 107

3.1 O sentido da expressão “sentença aditiva” e o surgimento de um
campo de investigação..... 107

3.2 Classificação das sentenças constitucionais manipulativas: uma
delimitação metodológica necessária (sentenças aditivas e campo
de investigação)..... 111

3.3 Sentenças aditivas: importância da contribuição italiana..... 119

CAPÍTULO 4

O VÁCUO NORMATIVO E AS SENTENÇAS ADITIVAS.....	123
4.1 Delimitação do problema: o vácuo normativo perigoso no contexto do controle de constitucionalidade.....	126
4.1.1 Definição das hipóteses configuradoras do vácuo normativo perigoso (ou indesejável).....	135
4.1.2 O vácuo normativo perigoso e as sentenças aditivas no contexto brasileiro.....	137
4.1.3 As estratégias adotadas pela Corte constitucional para superar o problema concernente ao vácuo normativo perigoso	139
4.1.4 A eficácia das técnicas decisórias no contexto das tentativas de superação do vácuo normativo perigoso	142

CAPÍTULO 5

CORTES CONSTITUCIONAIS COMO LEGISLADORES POSITIVOS.....	151
5.1 Diálogo entre Cortes constitucionais.....	153
5.2 As sentenças aditivas na jurisprudência da Corte constitucional da Itália	157
5.3 Formulação da doutrina <i>rime obbligate</i> : uma tentativa argumentativa de justificação da competência da Corte constitucional italiana para editar sentenças aditivas.....	166
5.3.1 Crítica à doutrina <i>rime obbligate</i> a partir da contribuição da hermenêutica jurídica.....	171

CAPÍTULO 6

AS SENTENÇAS ADITIVAS NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA NORMATIVA DO STF.....	181
6.1 Contornos do problema de legitimidade das decisões de perfil aditivo no Brasil.....	184
6.2 As sentenças normativas e as concepções procedimentalista e substancialista da jurisdição constitucional.....	187
6.3 As sentenças normativas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: a experiência recente como legislador positivo.....	193
6.3.1 Sentenças normativas proferidas em sede de mandado de injunção... ..	194
6.3.2 Sentenças normativas proferidas em outros instrumentos processuais (além do mandado de injunção).....	196
6.3.3 Sentenças normativas proferidas por meio da técnica de modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade.....	199
6.4 Por uma revisão da doutrina <i>rime obbligate</i> a partir do uso do argumento analógico baseado na disciplina constitucional do mandado de injunção.....	201
6.5 A competência normativa do Supremo Tribunal Federal na Constituição: uma proposta de delimitação.....	209
6.6 Definição do âmbito de competência normativa do STF: produção de normas necessárias para viabilizar o exercício de direitos materialmente fundamentais.....	219
6.6.1 A delimitação do campo dos direitos materialmente fundamentais....	225
6.7 A competência normativa do STF e as capacidades institucionais.....	233

CAPÍTULO 7

CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DA PROPOSTA FORMULADA.....	239
7.1 As sentenças aditivas no controle difuso de constitucionalidade.....	239
7.2 A função interpretativa dos juízes e Tribunais e a competência normativa do STF.....	241
7.3 Limitações à competência normativa judicial.....	243
7.4 A modulação de efeitos temporais das decisões de inconstitucionalidade no contexto das sentenças aditivas.....	247
7.5 Diálogos constitucionais e sentenças aditivas	250

CONCLUSÕES.....	255
I A omissão inconstitucional e as sentenças aditivas.....	255
II O surgimento das sentenças aditivas no Brasil.....	256
III As sentenças aditivas: uma proposta de definição.....	257
IV Vácuo normativo e as sentenças aditivas.....	258
V Cortes constitucionais como legisladores positivos.....	260
VI A proposta de delimitação da competência normativa do STF.....	261
REFERÊNCIAS.....	265